



CABEÇA DE PAPEL, PAPEL DA CABEÇA EM TEMPOS DE REPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA

AZEVEDO, Francesca Batista de¹; CUNHA, João Manuel dos Santos².

¹Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras – Português e Literatura de Língua Portuguesa – UFPel; integrante do Grupo de Pesquisa “Literatura Brasileira Contemporânea: fluxos e influxos transtextuais”, coordenado pelo professor João Manuel dos Santos Cunha; azevedotiesca@yahoo.com.br;

²Doutor em Letras; professor de Literatura na Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, UFPel; profjoaomanuel@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este resumo expandido originou-se de reflexões articuladas na monografia que apresentei ao Seminário sobre *Literatura e repressão: ficção brasileira pós-golpe militar de 1964*, atividade de culminância da disciplina *Tópicos em literatura brasileira*, que buscou discutir a produção literária após os chamados “anos de chumbo” no Brasil (GASPARI, 2002). A análise textual fixou-se no primeiro romance de Paulo Francis, *Cabeça de Papel* (1977), o qual aborda a intelectualidade suspeitamente engajada e a condição de segmentos sociais brasileiros alienados pela maciça presença da mídia em geral, por meio de um texto híbrido que se estrutura formalmente entre a estética literária contemporânea e as técnicas do texto jornalístico.

2. METODOLOGIA

Esta leitura crítica está embasada nas teorias do comparatismo que possibilitam a aproximação de textos literários entre si e desses com outros textos culturais, não necessariamente ficcionais. Tais relações intratextuais e transtextuais entre a literatura de ficção e outros textos se conformam pela análise de uma discursividade entrecruzada. Assim, esta leitura recorre a um período específico da História brasileira, o da repressão ditatorial dos anos setenta, eis que o texto literário articula esse contexto de maneira criativa, através do exercício do código verbal escrito em diálogo permanente com a identidade sócio-cultural e com a natureza das relações sócio-políticas que se dão no tempo referenciado do passado e que se atualiza na revisão pela leitura produtora de sentido no tempo presente.

3. DISCUSSÃO

Já se disse que Francis, com este romance, estripa o texto jornalístico (SANTIAGO, 1982: 54). Os esforços de quem se aventura por essas vias

textuais são freqüentemente enfraquecidos pelo discurso não-linear e conturbado que faz com que o enunciado se perca no emaranhado de informações e assertivas espetaculares. Vejamos como o autor se sai da empreitada intertextual.

Uma vez criada, a obra literária adquire existência independente de seu autor, porém, no caso de Francis, curiosamente, o jornalismo, sua profissão, vira matéria-prima de seu primeiro romance – *Cabeça de Papel* –, publicado depois que o então redator do jornal “O Pasquim” esteve preso. Esses aspectos biográficos ecoam no romance, cujo narrador é o intelectual Hugo Mann, que revela a história de Paulo Hesse, editor de um grande jornal conservador carioca que, antes de 1964, era colunista na imprensa de extrema esquerda.

Já no primeiro capítulo, é perceptível a crise logorréica de Hugo, o qual exhibe massivamente sua erudição, citando livros, autores, usando expressões em inglês infiltradas no português brasileiro, constituintes do imaginário social da época, conformando uma ideologia engavetada no ínfimo espaço de livre expressão individual que caracterizou aquele momento da vida brasileira. Mais do que isso, entretanto, a instalação diegética de personagens com essas características revela, de saída, de forma inquestionável, o seu papel dentro do sistema sócio-político vigente, como o próprio narrador menciona: “Sou celebridade porque duro e, no Brasil, quem dura perdura. É que briguei com ‘todo mundo’, pré e pós-1964. (...)”. (p.18)

Dessas assertivas, destaco dois pontos fundamentais para a construção de sentido com a leitura do romance: a ocorrência do Golpe de 64 e a atividade daqueles intelectuais que ora rechaçavam a ditadura, ora gozavam dos privilégios enquanto membros de uma elite que vivia no fio da navalha, não sendo presos ou perseguidos pela polícia política da ditadura armada sob a acusação de atividades protocomunistas.

A literatura de ficção não é comprometida com a História, já que se exerce no espaço de criação de uma realidade inventada, contudo não se pode considerar que um texto literário se constrói *na* História. Se encararmos o texto de Francis por esse viés, é possível recuperar os fatos históricos por via de uma leitura contextualizada. Por “golpe de 64” – que a História Oficial preferiu nomear como “Revolução democrática” – entendam-se os fatos culminantes ocorridos em 31 de abril de 1964, que interromperam o governo do presidente João Goulart, o Jango. No rescaldo da tentativa de golpe de 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros e da posse de Jango, “forças vivas” da nação, lideradas pelo exército e por civis de direita, vão perpetrar o golpe que submeteu o Brasil a uma ditadura que durou até 1985. É no quadro desses acontecimentos que se desenvolve a história narrada por Francis.

O narrador Hugo faz de Hesse seu *alter ego*, ou seja, forja um discurso para quem ele tanto imita e admira. Hesse representa para ele um mestre, um homem de visão, que exerce influência na formação jornalística dos colegas, o que pode ser verificado em frases como: “O didatismo de Hesse nos fez correr a Fannon, Mandel, Marcuse, Adorno, Benjamin”. (p.18) É a narrativa dessa relação que permite que o autor discuta o quadro de uma burguesia em crise durante os anos setenta no Rio de Janeiro.

A boemia e os protocolos de uma classe paradigmática da época são narrados no capítulo “A Noite Anterior, 1976”. Percebe-se o explícito esnobismo daqueles que pertencem à intelectualidade monitorada pela

inteligência da ditadura em relação aos que estão socialmente alijados desse círculo de poder. Esses intelectuais – grandes figuras mundanas que circulam no intervalo das reuniões políticas pelos salões em que se encena o espetáculo da nação feliz – são os que se vestem bem, falam corretamente e cheiram cocaína no banheiro, como se pode perceber na seguinte síntese narrativa:

“Eu acho este filme último do Bergman meio hermético”, me diz a mulher trazida pelo irmão de Sílvia Maria, o CHICO, todo em caixa alta porque exclui os chicos das ordens inferiores (...), ninguém deu uma palavra a ela à parte o “como vai”, as outras mulheres computam rapidamente as medidas, as roupas, procedência social e futuro sexual (...) “Você não acha este filme do Bergman meio hermético?”. (p. 32)

O jogo de poder e influência, no vai-e-vem conivente entre sociedade civil e esferas do poder militar, instala-se dentro da redação jornalística, nas relações estreitas entre imprensa e autoridades. Cena que ilustra isso, de forma sintética, é aquela em que Quincas, um escritor de formação política populista, negando-se a submeter poemas à censura, vai ao jornal protestar e tem sua fala usurpada pelo governo, conforme demonstra o trecho abaixo:

Em 1969, recusou o novo freio nos dentes (...) e deu uma entrevista na Bahia, de repercussão internacional, porque era publicado em “n” línguas. O governo desistiu e não puniu. (...) o sistema usara a entrevista do Quincas no mundo para mistificar que não existia censura.

A infância de Hesse, sua juventude e a época de faculdade, cursada em Yale nos EUA, bem como a fase adulta, em que se torna marido, pai e jornalista (ora progressista ora reacionário) compõem o capítulo “Educação Sentimental, 1944-1969”. O narrador Hugo mantém a mesma estratégia narrativa, apresenta um desfile de pérolas verborrágicas, próprias do mau jornalismo, bem como comentários impactantes e agressivos de Hesse em seqüências longas, de parágrafos indicados graficamente por aspas. A crítica à economia, à política mundial e nacional, e à sociedade brasileira, configura um panorama cultural descrito de maneira caótica; os excessos verbais saturam a escrita, criando um texto entre paródico e jocoso, no limite do cinismo e da leviandade. Vejamos um emblemático trecho desse capítulo:

(...) Olha o cabelo das mulheres aqui. Não encaracola, certo, se não minha mãe teria subido pelas paredes. É liso à custa de séculos de alisamento, o rolo compressor funcionando de geração a geração. Já o tição é menos fácil de remover. Minha filha é morena. Meu filho é louro. Uma divisão socialista de pigmentos. (p.105)

O capítulo final, não por acaso intitulado “Coda”, termo que designa a pausa e fechamento de uma composição musical, traz um final impactante e inesperado: em um acidente de carro morrem Hess e Victor. Hugo Mann ainda teria mais uma surpresa, conforme se verá no encerramento da narrativa. Cito o texto que encerra a narrativa desenvolvida em tom de tragédia exageradamente operística:

Um mês mais tarde recebi uma arca acompanhada de carta de Sílvia Maria (...) Hesse deixara instruções que a arca me fosse remetida (...)

Abria-a. Livros (...) E, particularmente interessante, dois butijões Merk, lacrados (...) e um Smith & Wesson, 38, cano curto, carregado e com duas cargas extra de munição. Brinco bastante de revólver na mão. Raquel não gosta. Reclama que um dia me distraio e aperto o gatilho. Explico a Raquel que não se aperta, se espreme o gatilho. (p. 197)

4. CONCLUSÃO

O que se pode perceber, a partir desses extratos selecionados do exageradamente paródico texto de Paulo Francis? O que se pode deduzir desse pastiche elaborado em tempos difíceis de suspensão das liberdades individuais e cerceamento da palavra livre e compromissada com a verdade universal? Analisemos algumas linhas ficcionais, por meio de questões que elas propõem. Apesar da adesão crítica e consciente de Hesse ao sistema, ainda vivia nele timidamente a utopia de uma revolução? Ou seja, estaria colocada aí a atitude da personagem como a única forma de sobrevivência em tempos de repressão ditatorial? Estaria passando ao amigo e colega de profissão uma missão, por meio de um velado convite à luta armada e à clandestinidade, na luta contra o sistema, contra o próprio estado de ser dos intelectuais face aos acontecimentos sócio-políticos do país? Nesse sentido, é curioso perceber que em momento algum Hugo se questiona seriamente a respeito disso, ao contrário, simbolicamente, no seu gesto leviano de brincar com a arma presenteada, fica em suspenso a possibilidade de que a arma acidentalmente possa vir a ser disparada contra si mesmo: o suicídio poria fim, então a uma situação-limite a qual o personagem não consegue ultrapassar.

Uma outra linha de interpretação instigante para a história narrada por Francis estaria vinculada à cantiga popular infantil “Marcha soldado, cabeça de papel”, eis que em *Cabeça de Papel*, já desde o título do livro, um tema histórico-social-político, a ditadura, é transformado em tema lúdico, de jogo, de brincadeira. Os personagens jogam com seus papéis sociais em detrimento de uma conscientização política e do exercício de uma cidadania coerente com os tempos difíceis da ditadura. Hesse compartilha de uma ética utilitarista, mas, ao mesmo tempo em que vê esse estado de coisas ruir, ele afirma: “À camada pensante só resta planejar utopias, em benefício do próximo, “de pai para filho”, ou a autocontemplação decadente. Sou freguês das duas tentações”. (p.100)

Cabeça de papel é um texto literário formalmente problemático. Mas problematizador, também. Ao apropriar-se de um estilo de verbalização bastante determinado – o do texto jornalístico – coloca questão fundamental para os estudos de literatura: o do trânsito de gêneros e a eficácia dessa prática. É preciso criarmos, pela leitura comprometida, o nosso próprio texto, interpretando, no tempo presente da leitura, aqueles eventos ficcionais referenciados e recriados no tempo histórico, relativo e transitório da narrativa *Cabeça de Papel*. O comparecimento do tema da repressão política na ficção brasileira pós-64 não se constitui apenas como motivo literário, mas se articulou como um instrumento de resgate histórico-cultural e de construção identitária, através do exercício da liberdade que permite a análise crítica, a reflexão e o caminho do entendimento, ou seja, por meio do que a linguagem escrita propicia, como enunciação de uma realidade inalcançável, e que a leitura possibilita: eis o papel da cabeça – o exercício do entendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCIS, Paulo. **Cabeça de papel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTIAGO, Silvano. **Vale quanto pesa** (ensaios sobre questões político-culturais). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.